

## **Comissão de Fiscalização Financeira e Controle**

### **Requerimento Nº \_\_\_\_\_/2008**

**(Do Senhor Moreira Mendes)**

*Solicita Audiência Pública Conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, tendo como convidados o Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, o Presidente da INFRAERO, o Diretor Geral da Polícia Federal, o Procurador da República no Amapá Rodrigo Luiz Bernardo Santos; o Governador do Estado do Amapá e representante do Consórcio Guatama/Beter para discutir relatórios de auditoria, providências e estágio atual dos processos e obras do aeroporto de Macapá-AP.*

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública em Conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para ouvir o Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, o Presidente da INFRAERO, o Diretor Geral da Polícia Federal, o Procurador da República no Amapá - Rodrigo Luiz Bernardo Santos; o Governador do Estado do Amapá e o representante do Consórcio Guatama/Beter sobre os relatórios de auditoria, providências e estágio atual dos processos e obras do aeroporto de Macapá-AP.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Em 2004, o consórcio contratado para as obras do aeroporto da cidade de Macapá recebeu da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária -

INFRAERO a importância de R\$ 112,8 milhões para a execução das obras e serviços de construção do novo terminal de passageiros, do sistema viário, edificações de apoio, ampliação do pátio de aeronaves e obras complementares do Aeroporto Internacional de Macapá.

Logo em seguida o Tribunal de Contas da União - TCU detectou irregularidades na realização das obras - paralisadas em maio de 2007 a pedido do TCU -, tendo ainda havido relações com as investigações da Polícia Federal na deflagração da Operação Navalha.

Apesar das intervenções do TCU e do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves, vinculado à Comissão Mista de Orçamento (CMO), permanecem as dúvidas acerca da transparência das operações em torno dos contratos das referidas obras e dos prazos de retomada das obras e consequente entrega do Aeroporto Internacional de Macapá à população do Estado do Amapá e da Amazônia.

A Audiência Pública visa esclarecer definitivamente os problemas em torno dos contratos do Aeroporto Internacional de Macapá, bem como definir as responsabilidades, além de produzir cronograma para retomada das obras e inauguração do empreendimento.

Sala das Sessões, de de

Deputado **MOREIRA MENDES**  
PPS-RO